

## **POMI FRUTAS S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Valores expressos em milhares de reais)

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Pomi Frutas S.A. ("Companhia"), localizada em Fraiburgo – SC, foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

#### **2. CONTROLADA**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

#### **3. BASE DE PREPARAÇÃO**

##### **3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### **Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015**

As informações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

Esta reapresentação decorre da mudança na prática contábil relacionada ao registro das operações inerentes ao Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. O referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional ("CTN"), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada.

Anteriormente, tendo em vista que os "CTN's" terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia não registrava em suas demonstrações financeiras os valores contábeis dos ativos e dos passivos na data de cada fechamento, muito embora essa informação, e o correspondente "descasamento" existente entre as CTN's e o saldo devedor, estivesse devidamente evidenciado em notas explicativas (que são parte integrante das demonstrações financeiras).

Visando adequar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas às premissas dos CPCs 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, bem como para pleno atendimento às disposições e solicitações da CVM – Comissão de valores mobiliárias, a Companhia revisou e retificou sua prática contábil de reconhecimento desta operação, passando a registrar a mesma, a luz dos referidos normativos contábeis.

Dessa forma, os efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Representado
Passivo e patrimônio líquido			
Empréstimos e financiamentos	(53.307)	(34.621)	(87.928)
Prejuízos acumulados	(137.687)	(34.858)	(172.545)
Resultado do exercício			
Receitas financeiras	340	9.643	9.983
Despesas financeiras	(10.847)	(7.917)	(18.764)
	01/01/2015 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Representado
Passivo e patrimônio líquido			
Empréstimos e financiamentos	46.252	36.347	82.599
Prejuízos acumulados	(106.703)	(36.347)	(143.050)

### **Aprovação das demonstrações financeiras**

A conclusão da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela Administração deu-se em 24 de março de 2017.

### 3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

### 3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

### 4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

#### Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

## 4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (excetadas aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

#### 4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

##### a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

##### b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

#### 4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### 4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

#### 4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

#### 4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

#### 4.14. NOVAS INTERPRETAÇÕES NÃO ADOTADAS

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Embora a Companhia não tenha finalizado a análise IFRS 9, para adoção dessa norma não é esperado um impacto relevante nas demonstrações financeiras. As novas disposições sobre a classificação dos ativos dependendo do modelo de negócios existente para esses ativos poderá dar origem a alterações na mensuração e apresentação e as disposições sobre a contabilização por perdas para redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros, podendo gerar em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas

#### IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações contábeis intermediárias e nas suas divulgações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2011;
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013.

Embora uma estimativa confiável dos efeitos quantitativos não seja possível até que o processo de implementação da nova regra esteja concluído, avaliamos que não haverão impactos significativos para Companhia e sua controlada.

#### IFRS 16 IFRS 16 Arrendamentos

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 "Arrendamentos", sendo aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Inicialmente, a administração avalia que a aplicação dessa norma não deverá gerar efeito material sobre a apresentação dos resultados de suas operações, em virtude da Companhia não estar auferindo receitas dessa natureza.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.



#### 4.15. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### 4.16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Caixa	6	10	6	15
Banco conta movimento	56	90	59	294
Aplicações financeiras	-	-	300	5
	<u>62</u>	<u>100</u>	<u>365</u>	<u>314</u>

### 6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Duplicatas a receber	1.034	2.902	1.384	4.756
Duplicatas descontadas - Bancos	-	(225)	-	(656)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(484)	(1.235)	(664)	(2.659)
	<u>550</u>	<u>1.442</u>	<u>720</u>	<u>1.441</u>

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/dez/15	31/12/2016	31/dez/15
A vencer	407	1.421	460	1.851
Vencidas				
Até 30 dias	23	178	60	178
31 a 60 dias	109	59	166	59
61 a 90 dias	11	9	33	9
91 a 180 dias	215	33	249	33
a mais de 180 dias	269	1.202	416	2.626
	<u>1.034</u>	<u>2.902</u>	<u>1.384</u>	<u>4.756</u>

Atualmente a Companhia não possui risco de crédito superior a 6% do saldo do seu contas a receber.

Em 2016, a Administração avaliou a expectativa de realização de sus ativos anteriores a 2010 (que já se encontravam 100% provisionados como perdas) e optou por realizar a baixa definitiva dos mesmos, sem gerar impactos no resultado do exercício.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/dez/15	31/12/2016	31/dez/15
Saldo inicial	(1.235)	(2.831)	(2.659)	(4.193)
Adições	(371)	(119)	(438)	(181)
Recuperações	<u>1.122</u>	<u>1.715</u>	<u>2.433</u>	<u>1.715</u>
	<u>(484)</u>	<u>(1.235)</u>	<u>(664)</u>	<u>(2.659)</u>

A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/dez/15	31/12/2016	31/dez/15
Produtos em formação (safra da maçã)	7.092	12.624	7.092	12.624
Material consumo e reposição	1.625	1.497	2.181	2.078
Polpa congelada	-	88	-	89
Maçãs próprias	140	16	140	16
Outros	357	278	463	278
	<u>9.214</u>	<u>14.503</u>	<u>9.876</u>	<u>15.085</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

Em linha com as novas diretrizes operacionais da Companhia, estão sendo reduzidos gradativamente os investimentos em estoques próprios de maçãs, em detrimento ao investimento em estoques de terceiros (fomentados), conforme comentado na nota explicativa nº9.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<b>Circulante</b>				
Cofins	-	-	-	1.153
IRPJ	133	133	222	222
PIS	-	-	-	200
ICMS	1	-	1	-
CSLL	47	47	86	86
IRRF sobre aplicação financeira	14	15	51	56
Contribuição social sobre lucro	3	3	16	15
(-) Provisão de glosas	-	-	-	(406)
	<u>198</u>	<u>198</u>	<u>376</u>	<u>1.326</u>
<b>Não Circulante</b>				
Cofins	1.917	3.702	3.541	3.702
Pis	537	929	849	929
Icms	-	433	-	433
(-) Provisão de glosas	(732)	(1.389)	(1.313)	(2.715)
	<u>1.722</u>	<u>3.675</u>	<u>3.077</u>	<u>3.675</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

## 9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Adiantamento a fornecedores	10.513	2.558	11.137	4.364
Adiantamento de férias	41	26	41	26
Adiantamento de viagens	3	8	3	8
Adiantamento a funcionários	45	-	45	-
Provisão para perdas	(570)	(570)	(1.135)	(570)
	<u>10.032</u>	<u>2.022</u>	<u>10.091</u>	<u>3.828</u>

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Conforme informado na nota explicativa nº7, a Companhia vem reduzindo gradativamente os investimentos em estoques próprios de maçãs, em detrimento ao investimento em estoques de terceiros (fomentados).

## 10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

### Controladora

#### Controladora

Pomi Frutas S/A	Vencimento	Valor Original da	Saldo
Terrenos ou imóveis	Final	Venda	31/dez/16
<b>Circulante</b>			
Área de 2.304.100,00 m <sup>2</sup>	31/12/2015	2.600	88
Área de 4.183.669,38 m <sup>2</sup>	31/12/2015	8.500	2.185
			<u>2.273</u>
<b>Não Circulante</b>			
Área de 4.183.669,38 m <sup>2</sup>	31/12/2014	7.300	1.800
		18.400	<u>1.800</u>

#### Controlada

Pomifrai Fruticultura	Vencimento	Valor Original da	Saldo
Terrenos ou imóveis	Final	Venda	31/dez/16
<b>Não Circulante</b>			
Área de 1.234.200,00 m <sup>2</sup>	31/12/2014	12.772	538
Área de 2.172.52,00 m <sup>2</sup>	20/09/2014	20.700	1.900
			<u>2.438</u>

## Consolidado 2015 E 2016

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Circulante	2.273	3.840	2.273	10.884
Não Circulante	1.800	4.687	4.238	6.587
	<b>4.073</b>	<b>8.527</b>	<b>6.511</b>	<b>17.471</b>

### Liquidações ocorridas no exercício

A controlada Pomifrai possuía um saldo antigo a pagar junto ao fornecedor Trombini Embalagens S/A no valor R\$ 3.401, referente ao fornecimento de embalagens (caixas de papelão). Para quitar esta dívida a Companhia celebrou, com a Trombini Embalagens S/A, em exercícios anteriores, um contrato de alienação de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 3.195.

Adicionalmente, no decorrer do exercício 2016, a companhia recebeu R\$7.374, referente a matrículas que se encontravam em processo de conclusão de transferência de propriedade.

## **11. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Contribuição Social Rural	-	-	929	929
Depósitos Judiciais CVM	202	292	203	292
Depósitos Judiciais Badesco	139	132	139	132
Celesc/Demanda	-	-	-	63
Depósitos para demanda trabalhista	32	5	32	5
	<b>373</b>	<b>429</b>	<b>1.303</b>	<b>1.421</b>

### Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discutia judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexistência de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada.

### Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

### Depósito judicial BADESC

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

## 12. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$45 registrado na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” (no passivo não circulante), que em 2015 possuía saldo positivo no montante de R\$5.411 (registrado na rubrica de investimentos, no ativo não circulante), se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$5.455 (R\$10.028 em dezembro 2015).

## 13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	17.583	17.541	17.583	17.541
	<u>17.583</u>	<u>17.541</u>	<u>17.583</u>	<u>17.541</u>

### *Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219*

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.583. Pelo fato da Companhia não estar utilizando, neste momento, esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE), entretanto, a sua baixa efetiva, e transferência de posse à Instituição Financeira, ocorrerá somente na quitação efetiva da operação.

Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, a Companhia contratou uma empresa terceirizada especializada para realizar a avaliação de seus imóveis, e confrontou os resultados obtidos com seus saldos contábeis. Nessa análise a Companhia verificou que o saldo contábil de seus imóveis não excedia o valor justo (valor de mercado), não sendo necessário, portanto, constituição de provisão para *impairment*.

## 14. IMOBILIZADO

Em dezembro de 2016 a Companhia contratou os serviços de empresa especializada para avaliação de seus ativos imobilizados a valor de venda. Com base nesta avaliação, não houve necessidade de constituição de provisão para Impairment nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10, pois não foram identificados eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos possa não ser recuperável por venda em circunstâncias normais de mercado.

Controladora

	<b>Saldo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>
	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>6.066</b>	<b>234</b>	<b>(787)</b>	<b>(752)</b>	<b>4.763</b>
Edificações	455	6	-	(17)	444
Benfeitorias	405	95	-	(57)	443
Culturas Permanentes	3.456	-	(692)	(457)	2.307
Máquinas e Equipamentos	1.447	107	(24)	(173)	1.357
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-
Veículos e Tratores	220	-	(71)	(29)	120
Móveis e Utensílios	83	26	-	(17)	92
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26</b>
Vestiário/Banheiros Vacaria	28	-	-	(2)	26
<b>Imobilizações em Andamento</b>	<b>30</b>	<b>71</b>	<b>(101)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Benfeitorias	30	71	(101)	-	-
<b>Reavaliações</b>	<b>1.137</b>	<b>-</b>	<b>(77)</b>	<b>(50)</b>	<b>1.010</b>
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	566	-	-	(22)	544
Culturas Permanentes	199	-	(77)	(28)	94
	<b>7.261</b>	<b>305</b>	<b>(965)</b>	<b>(802)</b>	<b>5.799</b>

Consolidado

	<b>Saldo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>
	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>20.359</b>	<b>1.228</b>	<b>(1.228)</b>	<b>(2.335)</b>	<b>18.024</b>
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	7.788	86	-	(374)	7.500
Benfeitorias	577	439	-	(81)	935
Culturas Permanentes	6.874	-	(1.012)	(1.046)	4.816
Maquinas e Equipamentos	4.506	649	(36)	(759)	4.360
Veículos e Tratores	405	28	(180)	(49)	204
Móveis e Utensílios	145	26	-	(26)	145
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>26</b>
Vestário/Banheiros Vacaria	28	-	-	(2)	26
<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>237</b>	<b>208</b>	<b>(316)</b>	<b>-</b>	<b>129</b>
Benfeitorias	123	208	(316)	-	15
Florestas em formação	114	-	-	-	114
<b>Reavaliações</b>	<b>1.138</b>	<b>-</b>	<b>(77)</b>	<b>(50)</b>	<b>1.011</b>
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	567	-	-	(22)	545
Culturas Permanentes	199	-	(77)	(28)	94
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>19.735</b>	<b>-</b>	<b>(80)</b>	<b>(1.619)</b>	<b>18.036</b>
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.921	-	-	(107)	1.814
Benfeitorias	1	-	-	-	1
Maquinas e Equipamentos	5.475	-	(52)	(797)	4.626
Câmaras Frigoríficas	10.979	-	-	(565)	10.414
Veículos e Tratores	770	-	(28)	(146)	596
Móveis e Utensílios	21	-	-	(4)	17
	<b>41.497</b>	<b>1.436</b>	<b>(1.701)</b>	<b>(4.006)</b>	<b>37.226</b>

## 15. FORNECEDORES



	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Controlada	10.328	3.998	-	-
Fornecedores matriz	4.732	2.595	5.456	7.672
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	15	750	22	761
Provisão para juros sobre títulos em atraso	52	186	59	359
Outros fornecedores	1	3	1	2
	<b>15.128</b>	<b>7.532</b>	<b>5.538</b>	<b>8.794</b>

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores em 2016 são: defensivos agrícolas avista, embalagens - 45 dias, manutenção e outros - 28 dias, e para a maioria dos contratos de prestação de serviços - 30 dias.

A rubrica denominada “Controlada”, se refere à parceria rural entre a Companhia e a Controladora Pomifrai. No exercício de 2016, as vendas de maçãs foram, substancialmente, concentradas na controladora Pomifrut. Sendo assim, foi realizado um número menor de abatimentos de seu saldo devedor, resultando no aumento dos débitos junto à Controlada.

#### Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objeto do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

#### Encontro de contas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia celebrou o encontro de contas para o saldo devido junto ao fornecedor Trombini Embalagens S/A no valor R\$ 3.141. Outros detalhes a respeito desta operação constam na referida nota explicativa.

## 16. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### Controladora

## 16.1 Empréstimos e financiamentos

a	Pomi Frutas S/A	Taxa Anual	Vencimento	Saldo	Saldo
	Instituições Financeiras	Contrato	Final	31/dez/16	31/dez/15
	<u>Provisão de juros PESA</u>				
	Provisão de Juros PESA	10% a 12%	Até dez 2017	645	760
				645	760
	<u>BRDE - Renegociação</u>				
	BRDE - Renegociação	TJLP + juros	nov/21	15.920	16.649
				15.920	16.649
	<u>Outros empréstimos e financiamentos</u>				
	NBC Bank	14,74%	jun/14	97	280
	Caixa Econômica Federal	NT	-	65	6
	Opinião S/A	-	-	-	2.000
	Bancos Comerciais/GIRO - Brasil	3,5% a.m.	-	-	79
	Fidc Empirica SIFRA	Mercado	jan/17	1.575	-
	Duplicatas Descontadas/ Sifra	Mercado	-	340	-
	Bradesco - CDC Veículos	22,42%	-	29	117
	B. Daycoval S/A	CDI	fev/16	2.000	1.999
	B. Daycoval S/A	CDI	set/16	3	395
	Outros	Imóveis	1,20% a 22,52%	-	-
				4.109	4.876
	Total de Empréstimos e Financiamentos			20.674	22.285
	Parcela no Circulante			4.754	22.047
	Parcela no Não Circulante			15.920	238

Controlada

<b>Pomifrai Fruticultura S/A</b> <b>Instituições Financeiras</b>	<b>Taxa Anual</b> <b>Contrato</b>	<b>Vencimento</b> <b>Final</b>	<b>Saldo</b> 42.735	<b>Saldo</b> 42.369
<u>Provisão de juros PESA</u>				
Provisão de Juros PESA	10% a 12%	Até dez 2017	914	301
			914	301
<u>BRDE - Renegociação</u>				
BRDE	TJLP + juros	nov/21	40	-
BRDE	TJLP + juros	nov/21	23.442	30.721
BRDE	TR	nov/21	13.339	-
			36.821	30.721
<u>Outros empréstimos e financiamentos</u>				
Duplicatas Descontadas/ Sifra	NT	-	360	-
			360	-
Total de Empréstimos e Financiamentos			38.095	31.022
Parcela no Circulante			1.314	31.022
Parcela no Não Circulante			36.781	-

<b>Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidado</b>	<b>Saldo</b>	<b>Saldo</b>
	31/dez/16	31/dez/15
Parcela no Circulante	6.068	53.069
Parcela no Não Circulante	52.701	238
	58.769	53.307

### Garantias

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

### BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)

Conforme fato relevante divulgado ao mercado, em 15 de dezembro de 2016 a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), principal credor da Companhia. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus de adimplemento.

O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomifrut, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: (a) subcrédito “A”, com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento (0,5 : 1 a 0,4 : 1) para antecipações durante a carência; e (b) sub-crédito “B”, com vencimento em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito “A” representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito “B”; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomifrutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, representará a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia seja totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito “A” até 31/12/2018, isso poderá representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito “A” e do “B”).

#### Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

#### Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no circulante.

#### Investimento e expansão

Financiamentos do não circulante junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras para investimento na safra de produção, sendo todos com vencimentos acima de um ano.

#### Provisão de juros – PESA

Referem-se a provisão de juros a pagar no exercício subsequente, que estão vinculados à operação PESA. Esses montantes refletem apenas os empréstimos que não foram securitizados, e que, portanto, demandam os correspondentes dispêndios financeiros por parte da Companhia e de sua controlada. Referidos saldos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem vencimento em 2017.

A manutenção da operação está diretamente vinculada à adimplência de referidos juros, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada estão adimplentes com essas obrigações.

## **17. FINANCIAMENTOS PESA**

Controladora

Pomi Frutas S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros Não
				Financiamento	Circulante	CTN	Líquido	Circulante
				31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	5.167	130	4.148	1.019	821
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	968	38	806	162	136
BRADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2020	6.454	193	4.087	2.366	675
BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	7.722	276	4.144	3.578	1.751
BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM + 3%	2022	68	7	-	68	68
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	9.260	9.260	6.002	3.258	-
BRDE 2.1105401-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2018	5.244	5.244	4.160	1.084	-
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	96	96	65	31	-
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	96	96	65	31	-
<b>TOTAL</b>				<b>35.074</b>	<b>15.339</b>	<b>23.477</b>	<b>11.597</b>	<b>3.451</b>

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros Não
				Financiamento	Circulante	CTN	Líquido	Circulante
				31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16
BRADESCO 80001	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	16.738	531	13.584	3.154	574
BADESC 930841-00-0	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	1.154	46	968	186	164
BESC 549700242	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	9.562	337	4.975	4.587	2.135
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	15.957	15.957	10.845	5.112	-
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	4.782	4.782	2.438	2.344	-
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	6.963	6.963	3.560	3.403	-
<b>TOTAL</b>				<b>55.156</b>	<b>28.616</b>	<b>36.370</b>	<b>18.786</b>	<b>2.873</b>
<b>Total Consolidado</b>				<b>90.230</b>	<b>43.955</b>	<b>59.847</b>	<b>30.383</b>	<b>6.324</b>

A administração da Companhia entende que o risco econômico financeiro relativo ao Programa PESA está nos juros a incorrer, vinculados aos financiamentos no âmbito do Programa PESA. O montante de juros a incorrer totaliza R\$ 6.324; contudo, existem depósitos de R\$2.094 garantindo parte do pagamento dos juros a incorrer, de modo que o saldo é de R\$4.230, conforme segue:

*a) Juros Banco BADESC*

Em março de 2013 foi depositado ao Banco BADESC, caução relativa ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-677. O valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato em 2018.

*b) Juros Banco BRDE*

Em abril de 2012, a Companhia e sua controlada repactuaram os financiamentos da modalidade PESA, e os juros foram quitados de forma antecipada. Portanto não há qualquer eventual saldo desta operação.

*c) Juros Banco Bradesco*

A Companhia assinou, na qualidade de interveniente anuente, contratos nos quais foram realizados depósitos, garantindo os juros até o final dos contratos 2000/80 e 800001.

Outros aspectos em relação ao PESA

A administração da Companhia entende que o descasamento patrimonial de R\$30.383 referente ao Programa PESA deveria considerar a adimplência antecipada dos juros a incorrer e, portanto, que o valor da CTN nesses casos pudesse ser considerado equivalente ao valor do financiamento correspondente, já que, por ocasião do vencimento, o valor da CTN será equivalente ao valor atualizado do principal da dívida. Essa leitura faz com que o

descasamento contábil efetivo da operação PESA em 31 de dezembro de 2016 seja de R\$ 8.318. Sob esse prisma, o Patrimônio Líquido da Companhia seria negativo de R\$ 18.917 em vez de negativo de R\$ 40.982.

Adicionalmente, a Companhia, conservadoramente, provisionou o valor total de R\$ 699 relativo a PIS (0,65%) e COFINS (4%) sobre receitas das CTNs vinculadas ao Programa PESA, a partir de julho de 2015. No entendimento dos assessores jurídicos e da Administração, não pode haver incidência de PIS e COFINS sobre a atualização das CTNs fundamentalmente porque (i) a adesão da Companhia ao Programa PESA é ato jurídico perfeito e lei posterior não pode retroagir para modificá-lo, consoante o disposto no art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal, onerando o participante do Programa com a incidência de tributos que não existiam por ocasião da sua adesão; (ii) as CTNs servem de cobertura para o Programa PESA, de modo que se aplica ao caso o disposto no art. 2º, parágrafo 4º, do Decreto n. 8.426/2015, cuja alíquota sobre receitas financeiras foi reduzida a 0 (zero).

## 18. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com Partes Relacionadas decorrem de transações centre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	21.092	22.453	-	-
Débitos com acionistas	2.473	6.937	2.473	6.937
	<u>23.565</u>	<u>29.390</u>	<u>2.473</u>	<u>6.937</u>

### a. Conta corrente

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

### b. Mútuo

Em 6 de junho de 2016 foi homologado o aumento de capital da Companhia. Com isso, o saldo atualizado do empréstimo devido pela Companhia, ao acionista controlador, naquela data, no valor de R\$8.272 foi integralmente convertido em capital social.

Posteriormente, ao longo do exercício de 2016, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador, totalizando o montante de R\$2.473. Referido montante está sendo atualizado com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

## 19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<b><u>Circulante</u></b>				
Arrendamentos	823	618	1.017	975
Processos a Pagar	266	-	266	-
Litígio CAM	236	-	236	-
Outros	863	831	873	829
	<u>2.188</u>	<u>1.449</u>	<u>2.392</u>	<u>1.804</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Valores a Restituir de Terceiros	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	457	1.021	3.516	4.318
	<u>4.457</u>	<u>5.021</u>	<u>11.056</u>	<u>11.858</u>

## 20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Contingências trabalhistas	148	625	169	639
Contingências cíveis	184	628	365	653
Contingências tributárias	654	-	655	61
	<u>986</u>	<u>1.253</u>	<u>1.189</u>	<u>1.353</u>

### 20.1. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

<b>Contingências Trabalhistas</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>(625)</b>	<b>(639)</b>
Constituição	-	-
Reversões	477	470
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>(148)</b>	<b>(169)</b>

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 21 ações trabalhistas (01 ações com probabilidade de perda provável, 15 possíveis e 05 remotas), acrescida de 03 ações trabalhistas na controlada (03 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram acima. Em 31 de dezembro de 2016 as contingências trabalhistas com probabilidade de perda classificada como “possível”, totalizavam o montante de R\$ 112.

## 20.2. Contingências cíveis

<b>Contingências Cíveis</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>(628)</b>	<b>(653)</b>
Constituição	-	-
Reversões	444	288
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>(184)</b>	<b>(365)</b>

Em 31 de dezembro de 2016, a controladora é parte em 35 ações cíveis, sendo que em 15 ações figura como autora (3 possíveis, 12 remotas), e 20 ações como réu (15 possíveis, 3 remotas, 2 provável), acrescida de 15 ações cíveis na controlada, sendo 8 ações que figura como autora (4 remotas, 1 possível, 3 prováveis) e 7 ações como réu (1 remota e 5 possível, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$184 e R\$365, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 as contingências cíveis com probabilidade de perda classificada como “possível”, totalizavam o montante de R\$ 244.

## 20.3. Contingências tributárias



<b>Contingências Tributárias</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/15</b>	-	<b>(61)</b>
Constituição	(654)	(61)
Reversões	-	-
	<b>(654)</b>	<b>(122)</b>

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais.

#### 20.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

## 21. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>		<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
INSS	1.589	2.007	1.353	2.352	1.633	2.047	1.368	2.406
FGTS	215	-	1.962	-	215	-	1.962	-
ICMS	51	49	343	379	51	49	343	379
IRRF	-	-	-	-	(3)	13	-	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	103	97	788	774
ISS/IPTU	40	-	-	-	40	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.895</b>	<b>2.056</b>	<b>3.658</b>	<b>2.731</b>	<b>2.039</b>	<b>2.206</b>	<b>4.461</b>	<b>3.559</b>

A Companhia formalizou junto à Receita Federal o parcelamento de tributos, totalizando R\$5.553. No consolidado o valor total é de R\$6.500 mil.

## 22. TRIBUTOS DIFERIDOS SOBRE REAVALIAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Impostos de Renda Diferido	2.559	2.584	6.655	7.030
Contribuição Social Diferido	930	939	2.405	2.539
<b>Total</b>	<b>3.489</b>	<b>3.523</b>	<b>9.060</b>	<b>9.569</b>

Os valores são compostos por impostos diferidos registrados sobre a reserva de reavaliação realizada. A realização destes montantes ocorrerá com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 23.1. Capital social (em R\$)

Em 06 de junho de 2016 foi ratificado o valor do Aumento de Capital, mediante a emissão de 2.848.723 de um total de 3.582.00 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 9.543.222,05, passando o capital social da Companhia de R\$ 133.173.480,00, representado por 9.093.745 para R\$ 142.651.584,75, representado por 11.942.468 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Com isso, deixaram de ser emitidas as demais ações não subscritas dentro do limite máximo do Aumento de Capital, em um total de 733.277ações não subscritas.

### 23.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

### 23.3. Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

### 23.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro 2016 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 31 de dezembro 2016 não foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social pelo fato de ter havido prejuízo fiscal no período.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos

sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

## 25. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
Honorários Advocatícios Processos CAM	(793)	-	(793)	-
Reapresentação ITR 2015	(112)	-	(112)	-
Ajuste quadro de pessoal	(790)	-	(790)	-
Processos a Pagar	(316)	-	(316)	-
Baixa Prescrição saldo ICMS	(394)	-	(394)	-
Outros	(264)	-	(264)	-
	<u>(2.669)</u>	<u>-</u>	<u>(2.669)</u>	<u>-</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes.

## 26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO PESA	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações Monetária - CTNs	1.396	1.687	3.560	4.300
Juros - CTNs	2.515	2.096	6.412	5.344
	<u>3.911</u>	<u>3.783</u>	<u>9.972</u>	<u>9.644</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações Monetárias	(1.197)	(2.253)	(3.475)	(6.011)
Juros	(889)	(809)	(2.097)	(1.907)
	<u>(2.086)</u>	<u>(3.062)</u>	<u>(5.572)</u>	<u>(7.918)</u>
OUTROS RESULTADOS FINANCEIROS	Controladora		Consolidado	
	31/dez/16	31/dez/15	31/dez/16	31/dez/15
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros Ativos	40	30	256	60
Variação Cambial	36	-	36	90
Variação Monetária Ativa	76	73	76	166
Descontos Recebidos	3	22	10	24
	<u>155</u>	<u>125</u>	<u>378</u>	<u>340</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros e Despesas sobre Financiamentos	(1.851)	(2.749)	(6.509)	(5.888)
Juros Passivos	(1.040)	(1.360)	(948)	(1.635)
Descontos Concedidos	(47)	-	(49)	-
Despesas Bancárias	(117)	(49)	(167)	(61)
Multas Contratuais	(6)	(6)	(163)	(155)
Despesas Descontos Duplicatas	(669)	(953)	(836)	(1.086)
Juros e despesas c/ custeio	(764)	(661)	(2.203)	(2.022)
	<u>(4.494)</u>	<u>(5.778)</u>	<u>(10.875)</u>	<u>(10.847)</u>
Total Líquido	<u>(2.514)</u>	<u>(4.932)</u>	<u>(6.097)</u>	<u>(8.781)</u>

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de

Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

### 30.1 Risco cambial

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

### 30.2 Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

### 30.3 Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota explicativa nº 13. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

### 30.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui, derivativos contratados e operações de hedge.

## 28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência Final
Risco Operacionais	Danos Materiais	49.513	96.813	16/04/2017
Funcionários	Acidentes com DMHO	21.000	21.000	30/11/2016
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	26.000	26.000	26/05/2017
Respons. Civil Administradores	Danos diversos	19.450	19.450	29/09/2017
Seguro de veículos	Danos Materiais	10.042	10.042	16/04/2017

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

## **29. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (em reais)**

O valor total de remuneração aos administradores em 2016 foi de R\$ 474, sendo R\$430 **para diretoria** e R\$44 para o conselho, conforme previsto em estatuto.

## **30. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Compõem o conselho de administração:

Marcos Kassardjian – Presidente  
Marcio Guedes Pereira Junior  
Rogerio Pereira de Oliveira  
Bruno Keesse Pinto  
Alfredo Sergio Lazzareschi Neto

## **31. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM**

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 29/10/2015

A Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

## **32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

No dia 10 de março de 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento dos valores Previdenciários inscritos em Dívida Ativa na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com prazo total para pagamento de 180 meses, conforme cronograma previsto na portaria nº 152.

Marcos Kassardjian

Diretor

Luís Antônio López Quintañs

Diretor de Relações com Investidores